



Centro de  
**Memória**  
da Amazônia - UFPA  
**SÉRIE CRIMINAL**  
Catálogos

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO PARÁ



LIBRARY  
HSILIB

**Universidade Federal do Pará**

**Reitor:** Emmanuel Zagury Tourinho

**Vice-Reitor:** Gilmar Pereira da Silva

**PROAD:** Raimundo da Costa Almeida

**PROEX:** Nelson José de Souza Júnior

**SAEST:** Ronaldo Marcos de Lima Araújo

**Centro de Memória da Amazônia**

**Diretora:** Magda Maria de Oliveira Ricci

**Vice-Diretor:** Antonio Maurício Costa

**Coordenação de Apoio:** Eronice Visgueira Sampaio Catunda

**Coordenação de Ensino:** Lucas Ayres Cardoso

**Coordenação de Acervo:** João Marcelo Barbosa Dergan

**Assistente Administrativo:** Antônio Maria Gonçalves dos Santos

**Bibliotecária:** Elisângela Silva da Costa

Centro de  
**Memória**  
da Amazônia - UFPA

Tv. Rui Barbosa, 491 – Reduto, Belém – PA, 66053-260

Telefone: (91) 3201-8981

E-mail: [cma@ufpa.br](mailto:cma@ufpa.br)

Site: [cma.ufpa.br](http://cma.ufpa.br)

**Equipe de Bolsistas do Projeto da Biblioteca  
Britânica**

Aline Tifany Bezerra de Araujo

Antonia Bianca Sousa Gondim

Daniele Guimarães da Cruz

Douglas Gustavo Araújo Ribeiro

Gabriel Mindelo Valente

Giulia Lanna Corrêa da Silva

Iris Carvalho Nascimento

Isaque Nascimento da Silva

Kellen Damasceno Sampaio

Luara dos Santos Cabral

Raíssa Santos Barbosa

Williams Renan de Souza dos Santos

Yasmin Santos Braga

## AFOGAMENTO (8ª VARA PENAL)

### **SOBRE O PROJETO:**

O presente catálogo é parte do resultado do trabalho realizado no *Centro de Memória da Amazônia (CMA-UFPA)* dentro do projeto *Safeguarding the collection of processes and registry offices' documents from the Court of Justice of Pará, Brazil, 1818-1970 (EAP1465)*, uma parceria da *Universidade Federal do Pará* com a *Biblioteca Britânica (British Library)*. Este projeto propôs digitalizar, criar instrumentos de pesquisa e disponibilizar *on line* os mais de sete mil documentos criminais (processos e livros cartoriais) disponíveis no acervo vindo do Fundo documental do *Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA)/ Série geral Processos Crimes*, que desde 2007 está sob a guarda do CMA-UFPA. Para este catálogo apresentamos os documentos da série **Afogamento**, a qual se apresenta neste instrumento de pesquisa com 3 categorias e 7 subcategorias de indexação. Da categoria *Identificação*, na subcategoria **Procedência**, informa-se a jurisdição que engloba o processo de Afogamento. Já em **Título**, nomeia-se a tipologia do processo (podendo ou não esta tipologia ser aquela da época, já que existem tipologias arcaicas menos acessíveis e que pouco expressam ao pesquisador o que identifica o documento processual). Em *Escopo e conteúdo*, na **Descrição**, descreve-se com um breve resumo as informações do documento, incluindo sua temporalidade, bem como identifica a presença de alcunhas ou termos pejorativos hoje tido por insultuosos ou eticamente comprometidos. Os **Anexos** englobam partes processuais que compõem e conformam o andamento jurídico do processo. Em **Regiões** apresentam-se identificações espaciais constantes no corpo documental e que o localizam espacialmente, facilitando o trabalho do pesquisador, podendo indicar cidades, estados, províncias, países, vilas etc. Os **Assuntos** são palavras chaves as quais, pelas normatizações nacionais e europeias, servem como marcadores identitários etno-sociais tais como a origem, profissão, estado civil dos envolvidos no processo. Por fim, a *Cópia digital* contém o **Link** de acesso ao arquivo em PDF do documento, devidamente identificado com marca-d'água. Para crimes sexuais com conteúdo extremamente sensível, o acesso à cópia digital será realizado através de requerimento via e-mail do *Centro de Memória (cma@ufpa.br)*. A cópia digital permite ao pesquisador ou pesquisadora a leitura integral da documentação, com demais informações não catalogadas.

### **DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA:**

A série **Afogamentos** é um conjunto de documentos que tratam de investigações policiais sobre mortes por afogamento para compreender se essas mortes foram acidentais ou criminosas. Ao todo, são 10 processos de afogamentos que ocorreram entre os anos de 1949 e 1958 em algumas localidades da cidade de Belém, capital do estado do Pará, como nos distritos de Icoaraci, Mosqueiro e no município do Acará. O inquérito policial é regulamentado desde o Código de Processo Criminal Brasileiro de 1871. Segundo a lei, trata-se de tudo o que for útil para esclarecimento do fato e das suas circunstâncias, deve ser realizado pelos Chefes de Polícia e concluído pelo Juiz de Direito da Comarca.

**DIMENSÃO E SUPORTE:**

1 caixa na subsérie, 10 processos, 260 páginas no total. Suporte físico e digital.

**DATAS-BALIZA:**

1949-1958

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Decreto nº 4.824, de 22 de novembro de 1871. Regula a execução da Lei nº 2033 de 24 de Setembro do corrente anno, que alterou diferentes disposições da Legislação Judiciaria. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4824-22-novembro-1871-552254-publicacaooriginal-69360-pe.html>. Acesso em: 06 jun 2024.

**SUMÁRIO**

8ª Vara Penal .....	5
---------------------	---

Identificação		Escopo e conteúdo				Cópia digital
Procedência	Título	Descrição	Anexos	Regiões	Assuntos	Link
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de inquérito em torno da morte, por afogamento de Ostilio Figueiredo, fato ocorrido as 11 horas, do dia 25 de dezembro de 1949, na Praia do Cruzeiro, Vila de Icoaraci	O documento é um relatório policial aberto pelo Comissário de Polícia da Vila de Icoaraci, Sr. Homero Francisco Paschoal, em 27 de dezembro de 1949, e destinado ao juiz de direito da 8ª Vara Criminal do Estado do Pará, no Brasil. O processo investiga a morte por afogamento de Ostilio Figueiredo na Praia do Cruzeiro, ocorrida às margens do Rio Maguari, situada na Vila de Icoaraci, Município de Belém, ocorrida em 25 de dezembro de 1949, quando caiu no rio e seu corpo foi encontrado dias depois na Ilha Jutuba. No processo estão registrados os depoimentos de quatro testemunhas, há também o documento de verificação de óbito. O laudo final, assinado pelo delegado de polícia em 23 de janeiro de 1950, considerou a morte como acidental. A 2ª Promotoria pediu o arquivamento do processo em 4 de março de 1953.	1 Processo penal com 22 páginas, 4 declarações, 1 transcrição do exame de óbito, 1 relatório e 1 pedido de arquivamento	Estados Unidos do Brasil   Estado do Pará   Vila de Icoaraci   Belém	Morte   Direito e assuntos jurídicos   Grupos étnicos   Investigação criminal   Brasileiro   Paraense   Solteiro   Branco   Menor   Assistente de comércio	<a href="#">Acesse o documento aqui</a>
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de inquérito policial da morte por afogamento que foi vítima Torquato Gouvea da Silva, fato ocorrido no dia 4 de abril do ano de 1950, no Furo do Maguari	O documento é uma autuação de diligência policial aberta pelo Comissariado de Polícia da Vila de Icoaraci, Sr. Homero Francisco Pascoal, em 09 de abril de 1950, e destinada ao juiz de direito da 8ª Vara Criminal da Comarca da Capital do estado do Pará. O processo investiga a morte por afogamento do menor Torquato Gouvea da Silva, fato ocorrido às margens do Rio Maguari localizado ao norte da cidade de Belém, a morte aconteceu na data 4 de abril de 1950, quando este caiu no rio enquanto pescava com seu amigo, o corpo não foi encontrado. No processo estão registradas quatro testemunhas. O relatório final assinado pelo comissário de polícia na data 19 de maio de 1950, entendeu a morte como acidental. O 2º Promotor Público da Comarca pediu o arquivamento do processo em 04 de março de 1953.	1 Processo penal com 18 páginas, 1 Pedido de arquivamento, 1 Despacho, 3 Declarações e 1 Relatório	Estados Unidos do Brasil   Estado do Pará   Vila de Icoaraci   Belém	Morte   Direito e assuntos jurídicos   Crianças   Investigação criminal   Menor	<a href="#">Acesse o documento aqui</a>
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de inquérito policial da morte por afogamento da vítima Anfiloquio Torres Braga, ocorrida em 19 de junho de 1950 no local denominado "Furo do Maguari", na Vila de Icoaraci	O documento é uma autuação de diligência policial aberta pelo Comissariado de Polícia da Vila de Icoaraci, Sr. Homero Francisco Pascoal, em 09 de abril de 1950, e destinada ao juiz de direito da 8ª Vara Criminal da Comarca da Capital do estado do Pará. O processo investiga a morte por afogamento de Anfiloquio Torres, fato ocorrido no Furo do Maguari, a morte ocorreu na data 17 de junho de 1950, durante um acidente de embarcações, o corpo foi encontrado no próprio furo do Rio Maguari. No processo estão registradas três testemunhas. O relatório final assinado pelo comissário de polícia na data 22 de julho de 1950, entendeu a morte como acidental. O 2º Promotor Público da Comarca pediu o arquivamento do processo em 4 de março de 1950.	1 Processo penal com 20 páginas, 1 Despacho, 1 Declaração, 1 Transcrição do exame de óbito, 1 Relatório e 1 Pedido de arquivamento	Estados Unidos do Brasil   Estado do Pará   Vila de Icoaraci   Belém	Morte   Direito e assuntos jurídicos   Transportes   Profissões e empregados   Investigação criminal	<a href="#">Acesse o documento aqui</a>
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de inquérito policial da morte por afogamento da vítima Caubí	O documento é uma autuação de diligência policial aberta pelo inspetor da Inspeção Estadual da Polícia Marítima e Aérea, Dr. José Luiz Coelho, em 25 de janeiro de 1951, e destinada ao juiz de direito da 8ª Vara Criminal da	1 Processo penal com 28 páginas, 1 Pedido de arquivamento, 1 Despacho, 4 Declarações e 1 Relatório	Estados Unidos do Brasil   Estado do Pará   Rio Guamá	Morte   Direito e assuntos jurídicos   Grupos étnicos   Crianças   Investigação criminal   Brasileiro	<a href="#">Acesse o documento aqui</a>

	Barreto de Assis, ocorrida em 24 de janeiro de 1951 no Rio Guamá	Comarca da Capital do estado do Pará. O processo investiga a morte por afogamento de Caubí Barreto de Assis, fato ocorrido no Furo do Benedito, no Rio Guamá, a morte aconteceu na data 24 de Janeiro de 1951, quando a montaria em que viajava naufragou na travessia do rio, o corpo não foi encontrado. No processo estão registradas duas testemunhas. O relatório final assinado pelo inspetor marítimo no dia 5 de abril de 1951, entendeu a morte como acidental.		(Ilha do Combu)   Belém		
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de inquérito policial da morte por afogamento da vítima Hernani Silva Brito, ocorrida em 11 de novembro de 1958 na localidade "Murubira" da Vila de Mosqueiro	O documento é uma autuação de diligência policial aberta pelo subdelegado da Subdelegacia de Polícia de Mosqueiro, Sr. Júlio Soares Feitosa, em 8 de novembro de 1958, e destinada ao juiz de direito da 8ª Vara Criminal da Comarca da Capital do estado do Pará. O processo investiga a morte por afogamento de Hernani Silva Brito, fato ocorrido na praia Murubira, na Vila de Mosqueiro, ocorrida na data 7 de novembro de 1958, quando este estava tomando banho no rio com mais dois menores sem a supervisão de sua família e seu corpo foi encontrado pelo pescador Waldemar Pereira Rocha no dia seguinte na praia de Ariramba. No processo estão registrados o depoimento de quatro testemunhas, há também o auto de levantamento de cadáver assinado pelo subdelegado, dois peritos e duas testemunhas, onde a morte foi definida como acidental.	1 Processo criminal com 38 páginas, 1 Pedido de arquivamento, 2 Portarias, 4 Declarações, 1 Relatório de levantamento cadavérico, 1 Relatório de exame cadavérico, 1 Registo civil e 1 Relatório	Estados Unidos do Brasil   Estado do Pará   Vila de Mosqueiro   Belém	Morte   Direito e assuntos jurídicos   Crianças   Investigação criminal   Brasileiro   Paraense   Pardo   Menor	<a href="#">Acesse o documento aqui</a>
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de inquérito policial da morte por afogamento da vítima José Batista da Cunha, ocorrida em 07 de julho de 1950 no Igarapé do Galo	O documento é uma autuação de diligência policial aberta pelo comissário do Departamento Estadual de Segurança Pública, Sr. Dimas Teles, em 10 de julho de 1958, e destinada ao juiz de direito da 8ª Vara Criminal da Comarca da Capital do estado do Pará. O processo investiga a morte por afogamento de José Batista da Cunha, fato ocorrido na data 6 de julho de 1958, quando a criança, sem a vigilância dos pais, saiu de sua casa e acabou caindo no Igarapé do Galo, e seu corpo foi encontrado pelo Sr. Benjamin de Lima Corrêa no dito igarapé. No processo estão registrados o depoimento de duas testemunhas. O relatório final assinado pelo comissário de polícia no dia 19 de julho de 1950, entendeu a morte como acidental.	1 Processo penal com 22 páginas, 1 Pedido de arquivamento, 1 Portaria, 2 Declarações, 1 Transcrição de certidão de óbito e 1 Relatório	Estados Unidos do Brasil   Estado do Pará   Belém	Morte   Direito e assuntos jurídicos   Grupos étnicos   Investigação criminal   Brasileiro   Paraense   Menor	<a href="#">Acesse o documento aqui</a>
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de diligências policiais para apurar a causa da morte de José Maria da Rocha, conhecido por Praxedes, ocorrida em Icoaraci, quando banhava-se no lugar Ponta Grossa	O documento é uma autuação de diligência policial aberta pelo Comissário da Secretaria do Interior e Justiça, Sr. Raymundo Pinheiro de Freitas, em 21 de julho de 1953, e destinada ao juiz de direito da 8ª Vara Criminal da Comarca da Capital do estado do Pará. O processo investiga a morte por afogamento de José Maria da Rocha, fato ocorrido em data não identificada, quando a vítima entrou no rio da Praia da Ponta Grossa e, posteriormente, seu corpo foi encontrado no Matadouro do Maguari. No processo, estão registrados os depoimentos de três testemunhas. O relatório final apontou a morte acidental.	1 Processo criminal com 24 páginas, 1 Comunicado, 2 Registos de declarações, 1 Transcrição do exame de óbito e 1 Relatório	Estados Unidos do Brasil   Estado do Pará   Vila de Icoaraci   Belém	Morte   Direito e assuntos jurídicos   Profissões e empregados   Investigação criminal   Brasileiro   Paraense   Branco   Maior de idade	<a href="#">Acesse o documento aqui</a>

Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Auto de inquérito policial referente à morte por afogamento que foi vítima José Oeiras Monteiro, fato ocorrido no dia 28 de setembro do ano em curso	O documento é uma autuação de diligência policial aberta pelo Comissário da Inspetoria da Polícia Marítima e Aérea, Sr. Benjamim Martins Gaspar, em 03 de outubro de 1958, e destinada ao juiz de direito da 8ª Vara Criminal da Comarca da Capital do estado do Pará. O processo investiga a morte por afogamento de José Oeiras Monteiro, fato ocorrido em 28 de setembro de 1958, quando a vítima desceu o rio junto de duas outras pessoas em uma pequena canoa a fim de comprar porcos e acabou por sofrer de um mal súbito que o fez cair no rio. No processo estão registrados o depoimento de seis testemunhas. O relatório final assinado pelo Comissário no dia 11 de outubro de 1958 entendeu que José Oeiras Monteiro foi vítima do próprio mal que sofria. O 2º Promotor da Capital, pediu o arquivamento do processo em 05 de novembro de 1958.	1 Processo penal com 42 páginas, 1 Despacho, 2 Declarações, 5 Declarações, 1 Relatório e 1 Pedido de arquivamento	Estados Unidos do Brasil   Estado do Pará   Belém	Morte   Direito e assuntos jurídicos   Investigação criminal   Brasileiro   Doenças   Doença da gota	<a href="#">Acesse o documento aqui</a>
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de diligências policiais relativas à morte por afogamento de que foi vítima - Manoel Monteiro Maia - fato ocorrido no dia 24 de junho do corrente ano, no lugar "Ascensão", distrito desta vila.	O documento é uma autuação de diligência policial aberta pelo Comissariado de Polícia da Vila de Icoaraci, sr. Homero Francisco Paschoal, em 26 de junho de 1950, e destinada ao juiz de direito da 8ª Vara Criminal da Comarca da Capital do estado do Pará. O processo investiga a morte por afogamento de Manoel Monteiro Maia, fato ocorrido em 24 de junho de 1950, quando a vítima foi tomar banho de igarapé e foi encontrado morto momentos depois pelo irmão. No processo estão registrados o depoimento de duas testemunhas e a transcrição do Exame de verificação de Óbito da vítima. O relatório final assinado pelo Comissário de Polícia no dia 24 de julho de 1950 entendeu que nenhuma suspeita de crime ocasionou a morte de Manuel Monteiro Maia. O 2º Promotor da Capital pediu o arquivamento do processo em 04 de março de 1953.	1 Processo criminal com 20 páginas, 1 Pedido de arquivamento, 1 Despacho, 1 Declaração, 1 Transcrição da certidão de óbito e 1 Relatório	Estados Unidos do Brasil   Estado do Pará   Vila de Icoaraci   Belém	Morte   Direito e assuntos jurídicos   Profissões e empregados   Grupos étnicos   Investigação criminal   Brasileiro   Doenças   Paraense   Pardo   Agricultor   Solteiro   Maior de idade   Epilepsia	<a href="#">Acesse o documento aqui</a>
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de diligências policiais referentes à morte súbita de Pedro Gentil Augusto, quando no interior de um poço na residência da família Cavalcante residente nesta vila à Praça Paes de Carvalho, fato ocorrido no dia 3 do corrente mês de março	O documento é uma autuação de diligência policial aberta pelo 2º Promotor Público da Comarca, Sr. Osvaldo de Brito Farias, em 16 de abril de 1952, e destinada ao juiz de direito da 8ª Vara Criminal da Comarca da Capital do estado do Pará. O processo investiga a morte por afogamento de Pedro Gentil Augusto, fato ocorrido em data 3 de março de 1952, quando a vítima entrou em um poço de vizinhos ao tentar ajudar um cachorro e se afogou. No processo, estão registrados os depoimentos de quatro testemunhas. O relatório final entendeu que nenhuma suspeita de crime ocasionou a morte de Pedro Gentil Augusto e o procurador solicitou o arquivamento do caso.	1 Processo criminal com 26 páginas, 1 Pedido de encerramento, 1 Portaria, 2 Declarações, 1 Transcrição do exame de óbito e 1 Relatório	Estados Unidos do Brasil   Estado do Pará   Vila de Icoaraci   Belém	Morte   Direito e assuntos jurídicos   Investigação criminal   Brasileiro   Paraense   Pardo   Maior de idade	<a href="#">Acesse o documento aqui</a>